

Fernando Molica

A canetada de Gilmar Mendes

Seria importante rever a lei que trata do impeachment de autoridades, torná-la mais clara e estabelecer mecanismos que diminuam a possibilidade de seu uso como uma forma de retaliação. Mas isso tem que ser discutido pela sociedade e decidido pelo Congresso Nacional, não definido em canetada de Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal.

Gilmar justificou sua decisão com base em questões conjunturais, o alto número de pedidos de impeachment de ministros do STF e a transformação do tema em bandeira eleitoral da oposição. Usou, ao arreio do que se espera de um tribunal — ainda mais de uma corte constitucional — motivos passageiros para mudar princípios legais. Pior, invadiu competência do Poder Legislativo.

Até pelo processo de escolha de seus integrantes, o STF flerta com o mundo político. Uma paquera que, durante e depois da Lava Jato, teve consequências mais graves e profundas que simples troca de olhares. Basta conferir as idas e vindas de decisões relacionadas a Sérgio Moro e a Lula.

O próprio Gilmar teve um papel fundamental no impeachment de Dilma Rousseff ao determinar a saída de Lula do cargo de ministro da Casa Civil. Uma decisão baseada em uma ameaça de possibilidade, a suspeita de que a nomeação tivesse o objetivo de fazer com que processos contra ele saíssem de Moro e fossem para o STF.

Lula sequer havia sido denunciado, era um cidadão em pleno gozo de seus direitos políticos e foi defenestrado com base em uma desconfiança respaldada por uma gravação ilegal. A saída do petista do ministério privou Dilma da possibilidade de ter ao seu lado um negociador capaz de

ao menos dificultar o processo de impeachment.

Não deveria ser tão simples cassar o mandato de um governante eleito. Escaldado pelo Golpe de 1964, Leonel Brizola, então governador do Rio, pagou um preço político muito alto por ver com ressalvas o impeachment de Fernando Collor de Mello.

O caso da petista foi ainda mais escandaloso; mais do que uma deposição, houve uma eleição indireta de um presidente, Michel Temer, que, como deixava claro em sua campanha contra a companheira de chapa, implantaria um programa de governo oposto ao escolhido nas urnas.

Articulada de maneira aberta por bolsonaristas, a vingança contra o STF, em particular, contra Alexandre de Moraes, também é absurda. Não se pode obrigar o Judiciário a seguir os preceitos da política, um magistrado tem o direito e dever de respeitar os fatos, os ritos e a própria consciência.

É inegável que, até pela omissão de Augusto Aras, então procurador-geral da República, Moraes, em alguns momentos, ultrapassou limites, suas decisões, porém, foram respaldadas pela maioria dos colegas.

Mas, ao ignorar a lei e impedir que senadores julguem o impedimento de integrantes do STF, Gilmar apenas reforça as críticas ao excesso de poder do tribunal. Isto, na mesma semana que Dias Toffoli deu a cambalhota processual de puxar para si o caso do Banco Master e determinar sigilo absoluto dos autos.

Até para preservarem os próprios poderes, os ministros do STF deveriam ser mais cautelosos, até porque, no limite, cabe ao Congresso mudar a Constituição, tem poder para criar artigos capazes de complicar a vida do Judiciário.

Tales Faria

Jorge Messias conquista voto do presidente nacional do PP

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União AP), confirmou nesta quinta-feira, 3, informação publicada pela coluna de que a sabatina do advogado-geral da União, Jorge Messias, só ocorrerá no ano que vem.

Messias foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente do Senado havia marcado a sabatina para a próxima quarta-feira, 10, mas desistiu. Justificou em nota ter sido "surpreendido com a ausência do envio da mensagem escrita" do Palácio do Planalto formalizando a indicação.

Na data em que Alcolumbre marcar a sabatina no ano que vem, Jorge Messias precisará ter sua indicação aprovada, primeiro, pela maioria dos 27 membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Depois, novamente terá que obter em plenário os votos de 41 dos 81 senadores da Casa.

Ele já está em campanha, tentando convencer, um a um, todos os senadores a aprovarem seu nome. Acaba de conquistar um voto muito importante: nada mais nada menos do que o presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), que também é uma dos membros da CCJ.

O apoio de Ciro é significativo porque, até então, se contava que Jorge Messias teria votos apenas dos partidos governistas como PT, PSB e PDT; daqueles próximos ao governo, como MDB e PSD; e de alguns senadores evangélicos. Isso soma, nas contas do governo, o apoio de cerca de 40 senadores.

O voto de Ciro Nogueira, por si só, permite con-

tar a maioria para Messias, 41 votos. Mas tem um significado maior. Mostra que o advogado-geral da União também transita entre senadores do centrão e até entre aqueles oposicionistas históricos, o que dá a Messias uma margem de segurança.

Senadores oposicionistas ouvidos pela coluna afirmam que Messias é um nome "bem mais leve" do que outros dois indicados por Lula como ministros do STF e que já tiveram seus nomes aprovados, Flávio Dino e Cristiano Zanin.

Dino era ministro da Justiça de Lula e principal voz do governo nos embates com a oposição no Congresso. Zanin foi o advogado pessoal do presidente durante toda o processo da Lava Jato.

Além disso, o tempo joga a favor de Messias, pois o presidente Lula pretende se reaproximar de Davi Alcolumbre, restabelecendo a boa relação que tinham até quando o presidente do Senado anunciou rompimento com o líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA).

Alcolumbre atribuiu ao líder a indicação de Jorge Messias, o que teria impedido que Lula indicasse para a vaga o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), candidato da preferência do presidente do Senado.

O problema é que o rompimento com o líder do governo — se mantido — dificultará as negociações entre o Palácio do Planalto e o Senado.

Lula não pretende entregar a cabeça de Jaques Wagner. Primeiro, porque o considera seu maior amigo entre os senadores. Depois, porque seria uma demonstração de fraqueza diante de Alcolumbre.

Vinicius Lummertz*

Olavo de Carvalho avisou sobre o vazio da direita brasileira

A ascensão da nova direita brasileira ocorreu sobretudo como força de demolição, evidenciando as limitações de uma esquerda que, ao longo de décadas, aparelhou o Estado, consolidou influência nas universidades, formou quadros no Judiciário e construiu hegemonia cultural. Essa esquerda, sustentada por um distributivismo de origem sindical, e boas intenções, mostrou capacidade de mobilização política, mas pouco avançou na criação de riqueza ou na promoção efetiva da autonomia individual. A direita identificou essas falhas, mas não foi capaz de apresentar uma alternativa consistente. Faltaram projeto, linguagem, formação e estrutura.

Olavo de Carvalho, ideólogo da direita bolsonarista, alertou, desde cedo, que a vitória eleitoral de 2018 não representava a conquista do poder real. Governo não é hegemonia. O bolsonarismo confundiu mobilização digital com liderança, indignação com estratégia e intensidade retórica com construção institucional. O poder, no Brasil, encontra-se ancorado nas estruturas que moldam linguagem e consciência coletiva: universidades, imprensa, Judiciário e cultura. É nesse ambiente que persiste um marxismo cultural difuso, herança da Guerra Fria e alimentado por uma sociologia marcada pelo ressentimento estrutural de um país desigual. Tremendamente desigual.

A elite econômica brasileira tampouco se dispôs a disputar o país. Historicamente adaptada aos governos eleitos, preservou sobrevivência e prioridades imediatas; e evitou confrontos intelectuais de longo prazo. Assim, iniciativas destinadas a romper o distributivismo e promover um país rico com povo rico sempre encontraram a barreira de uma classe dominante menos disposta a disputar modelos de desenvolvimento.

A formulação mais robusta da nova direita foi a agenda econômica de Paulo Guedes, tecnicamente sólida e alinhada ao liberalismo contemporâneo e a luta pela competitividade da economia brasileira. No entanto, reformas sem narrativa e capacidade de reverberação, tem dificuldade de sobreviver, e mudanças econômicas desprovidas de sustentação cultural tendem a se dissipar. A Lava Jato, que por um momento reuniu moralidade pública e clamor social por mudança, também se perdeu. Faltou compreensão das regras institucionais e capacidade de converter indignação moral em política pública estruturada.

A fragilidade intelectual da direita reapareceu de forma clara na recente vitória na votação da lei ambiental. Durante anos, sem legislação, o país viveu sob um caos jurídico no licenciamento que atrasava obras e investimentos, enquanto o governo do PT evitava o

*Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.